



II CONGRESSO ONLINE INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO



Educação, Direitos Humanos e Acessibilidade

14 A 18 DE JUNHO DE 2021

UMA PROPOSTA SÓCIOPEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Congresso Online Internacional de Educação, 2ª edição, de 14/06/2021 a 18/06/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-25-8

GOMES; Arlene Marta da Silva ¹, SILVA; Olavo Fagundes da ², OLIVEIRA; Márcio Luis Goes de ³, GOMES; Solange da Silva ⁴

RESUMO

Resumo:

A sala de aula, *lócus* fundamental do processo ensino e aprendizagem, é também o ambiente privilegiado para o estudo e análise das contradições e conflitos oriundos do meio social mais amplo em contato com as práticas pedagógicas escolares, nesse sentido a proposta deste trabalho é a elaboração e aplicação de uma metodologia de abordagem diferenciada, onde a interação social e a abordagem multicultural passam a nortear os rumos desse processo numa tentativa de dissipar a densa nuvem do preconceito racial que ainda paira sobre o ensino da História e da Geografia. A partir de uma revisão histórica do papel do negro na sociedade brasileira e no sistema de ensino brasileiro e amapaense, tentou-se construir um ambiente bibliográfico que apontasse os caminhos para a adoção de conteúdos e práticas pedagógicas inclusivas. O trabalho optou pelo método hipotético dedutivo e fundamentado dentro de uma perspectiva dialética de investigação de análise tomando como suporte a observação sistemática das relações entre os alunos e entre estes e seu meio social imediato, após a suscitação de debates em sala de aula, também realizados com esse objetivo. Os resultados foram evidenciados na mudança gradativa das relações intraclasse e interpessoais, apontando ao longo do trabalho um comportamento de maior tolerância entre os alunos, que após a aplicação dos recursos da pesquisa passaram a compreender melhor suas diferenças.

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos contínuos esforços para melhoria do sistema de ensino brasileiro, no sentido de propiciar-se uma educação de qualidade, que considere a diversidade cultural brasileira e adote práticas inclusivas para a abordagem das minorias, o processo ensino aprendizagem ainda está longe de contemplar plenamente esta realidade. Este fato deve-se não somente à carência de adoção dos mecanismos legais, mas principalmente pela falta de iniciativas, muitas vezes simples, que busquem implementar uma educação inclusiva, não apenas no âmbito da sala de aula ou por extensão da escola, mas que leve o aluno em sua prática cotidiana a interagir com os conteúdos ali apreendidos. Essa busca pela inclusão dos “diferentes”, seja em função da cor ou qualquer outro fator diferenciador só pode ser sanada com medidas que levem a uma reflexão permanente sobre as diferenças, evidenciando o universo multicultural no qual o aluno está inserido, em especial no âmbito do seu espaço social imediato. Essa carência de metodologias inclusivas levou a constatação do problema que procuramos investigar, evidenciado na forte carga de sentimento

¹ Instituto Federal do Amapá, lennyag@bol.com.br

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil., fagundesolavo@gmail.com

³ Instituto Federal do Amapá, marcio.oliveira@ifap.edu.br

⁴ Governo do Estado do Amapá, arlenegomes1603@gmail.com

racista incompreendido pela maioria dos alunos e relegado ao descaso pela abordagem que se fazia nos conteúdos de História e Geografia no ensino fundamental da Escola Esforço Popular, localizada na cidade de Macapá estado do Amapá.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Pode-se dizer que o estudo dos conteúdos formais escolares está inserido dentro dos estudos culturais de forma ampla. Afinal, é a escola formal e suas matrizes curriculares que “disseminam” a cultura de maneira *latu sensu*. Mas, para além da disseminação, deve ser papel da escola contribuir para a análise dos conteúdos da cultura, ou, como afirma Geertz (1998), das “teias de significação” que esta representa. Assim o trabalho foi elaborado com base no método hipotético dedutivo e fundamentado dentro de uma perspectiva dialética de investigação, procurando avaliar qualitativamente os resultados e teve como suporte levantamentos realizados através de questionários simplificados, debates e entrevistas abertas em sala de aula. O universo da pesquisa está compreendido pelos alunos do Ensino Fundamental da Escola Esforço Popular, localizada na cidade de Macapá estado do Amapá, adotou-se como recurso da pesquisa, trabalhar junto as crianças uma metodologia que implementou conteúdos e práticas pedagógicas diferenciadas abordando temas como: racismo, a África como berço da humanidade, a história dos afrodescendentes antes da escravidão, a contribuição dos africanos para o desenvolvimento da humanidade, quilombos locais e sua representatividade. Nesse sentido procurou-se através da remodelação das aulas de história e Geografia mostrar os caminhos para reeducação das relações em sala de aula.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora apresente uma notória diversidade étnica e cultural no Brasil, o negro historicamente, sempre ocupou uma posição inferior na sociedade e viu sua contribuição subvalorizada na construção do processo ensino-aprendizagem. Para Foster (2004) “Sobretudo os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar escolas...”, entretanto, mesmo na atualidade, é raro percebermos um grande número de alunos negros no Ensino Superior e Médio. Grande parte vive a margem do processo educacional, havendo grande evasão inclusive no Ensino Fundamental. O negro foi e continua sendo alvo da discriminação na sociedade brasileira, só que na maioria das vezes, de forma disfarçada e sutil, isto se dá, especialmente quando se trata do negro que tem uma condição social menos favorecida, que é uma constante em nossa sociedade, leva-o a sentir-se inferiorizado e desestimulado a lutar em busca de condições melhores de vida principalmente no campo da educação. Assim, FREIRE, 2016, P.56 afirma:

Ainda não queremos nos antecipar-nos, poderemos, contudo, afirmar que um primeiro aspecto dessa indagação se encontra na distinção entre educação sistemática, a que só pode ser mudada com o poder, e os trabalhos educativos, que devem ser realizados com os oprimidos, no processo de sua organização.

A partir da deficiência de acesso às universidades foi criada a lei com sistema de cotas para promover a inclusão do negro no Ensino Superior, algo que ainda gera grande desconforto entre a comunidade negra e amplas discussões na sociedade, pois esse racismo estrutural e institucional é vedado. Foi também criada a Lei de valorização da África importante conquistas do negro na educação. E somente agora há sinais concretos de mudanças para o futuro nas relações inter-raciais. Primeiro foram os Parâmetros Curriculares Nacionais, que orientam a promoção da igualdade em um dos temas transversais, Pluralidade Cultural. Um passo maior e mais significativo para o ensino foi dado com a Lei nº 10.639, esta completou sua maioria esse ano. “A legislação rompe com a ordem dos currículos ao propor um novo conhecimento científico contrário à superioridade da produção cultural europeia”, afirma Eliane Cavalheiro em entrevista a Revista Nova Escola, pedagoga e coordenadora-geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação (MEC). Ou seja, o mundo não se resume as conquistas e derrotas do continente europeu. As Leis 10.639/03 e 11.645/08 que contemplam a obrigatoriedade do ensino da história e

¹ Instituto Federal do Amapá, lennyag@bol.com.br

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil., fagundesolavo@gmail.com

³ Instituto Federal do Amapá, marcio.oliveira@ifap.edu.br

⁴ Governo do Estado do Amapá, arlenegomes1603@gmail.com

cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, público e privado. Nesse sentido SANTOS,1999,p.224 discorre:

Quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência *pele lugar* se superpõe à consciência *no lugar*. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história.

Assim cabe a reflexão que o autor HALL, 2015,p.52 apresenta:

Pois há uma outra possibilidade: a da tradução. Esse conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades [...] As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas.

O documento determina que a história da África seja tratada em perspectiva positiva, não privilegiando somente as denúncias da miséria que atinge o continente. A importância dos anciãos na preservação da memória e a religiosidade, por exemplo, passam a fazer parte dos conteúdos, assim como o conhecimento da contribuição dos egípcios para o desenvolvimento da humanidade. As marcas da cultura de raiz africana devem ser ressaltadas particularmente em Artes, Literatura e História do Brasil e na Geografia. E mais os professores precisam valorizar a identidade negra e serem capacitados para colaborar com a exclusão do racismo em sala de aula e na sociedade. Porém LIMA, 2009,p.111 confirma:

A Invisibilidade da cultura negra nos currículos escolares tem proporcionado uma lacuna na formação da identidade brasileira, desequilibrando as relações étnico raciais na escola, e conseqüentemente, na sociedade como um todo. A visão do mundo indígena/africana, por séculos, foi colocada no livro didático apenas para ser lida, não para ser revista e explorada, comparada com outras culturas.

No ambiente escolar muitos são os tipos de tratamento dispensados aos alunos negros, principalmente pelos colegas de sala de aula quando estes os chamam por apelidos depreciativos, xingamentos e piadas preconceituosas sobre suas aparências. Esse fato geralmente tem sido tratado com pouca relevância pelos professores, administradores escolares, conselhos escolares, associações de pais e mestres e órgãos da Secretaria de Educação, pois como nos afirma o professor Henrique Cunha, membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre o Negro no Brasil-NEIMB-USP: “Ocorre que uma parcela significativa da sociedade subestima a relevância social, moral e étnica de procedimentos antissociais como de agressões de fundo étnico, não raciocinando sobre as conseqüências localizadas e amplas de tais fatos” (CUNHA, 1996).

Pode-se entender que a sociedade camufla o racismo que se tem contra os afrodescendentes; quando trata do problema com descaso, e sem atentar para o prejuízo moral e intelectual em que todo esse destrato pode resultar.

Diante desse grande agravante, percebe-se que o negro ao longo de sua história vem sendo discriminado pela sociedade, numa visão de generalização demasiada realizada principalmente na escola de que os negros foram escravos e sempre estarão nessa condição. Trata o negro como sinônimo de escravos. É repassado aos alunos que a figura do negro fica reduzida a “escravo acorrentado, imagem perigosa, violenta, simbologia da impotência generalizada de um povo, na síntese realizada pela escola”, afirma (CUNHA, 1996).

A escola transforma executores de negros em heróis nacionais, em pessoas homenageadas por tais atitudes. Criam, no entanto, verdades que sob a ótica crítica poderiam ser estabelecidas como fortes mentiras; verdades estas cuja versão afrodescendente jamais fora ouvida. Em face de tudo

¹ Instituto Federal do Amapá, lennyag@bol.com.br

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil., fagundesolavo@gmail.com

³ Instituto Federal do Amapá, marcio.oliveira@ifap.edu.br

⁴ Governo do Estado do Amapá, arlenegomes1603@gmail.com

isso cria silêncios que só confirmam as generalizações, omitem qualquer possibilidade de crítica, construindo sobre o negro uma identidade deprimente. FOSTER, 2015,p.33 relata sobre a questão racial na escola.

No que diz respeito à questão racial, percebo que falta uma sensibilização maior para o problema. A sensação que tenho é que se foge do assunto, que o problema incomoda de tal forma e, por isso, é evitado. Estas são as pistas de contradições que podemos perceber também na fala de outras professoras da escola, ainda que todos sejam unânimes em afirmar que é importante trabalhar a questão racial na escola.

Em Macapá, apesar de ter um número expressivo de negros, senão descendentes; a história não se distancia muito do resto do país. A imagem do negro é sempre representada nos livros didáticos e paradidáticos com o retrato do negro apanhando e sendo açoitado, e isso precisa mudar. Dessa forma FOSTER, 2015,p.56 afirma:

Gostaria de ressaltar que não poderia considerar menos alarmante, se constatássemos que a população negra fosse minoria no país, como muitos ainda tentam nos fazer crer. O mito da democracia racial vem sendo sistematicamente contestado, o racismo denunciado, algumas ações políticas de ação afirmativa vêm sendo encaminhadas e implementadas. Portanto, essas opiniões indicam que, não obstante o que vem sendo desenvolvido, o racismo persiste no coração das pessoas.

A partir do trabalho realizado no começo do ano letivo com as crianças do Ensino Fundamental da Escola Esforço Popular, foi observada a mudança de comportamento dos alunos ao longo do ano, no sentido de conscientização dos mesmos, já que alguns por vezes tratavam com indiferença e até mesmo com discriminação aos colegas negros. A reeducação da sociedade nesse sentido é preciso, e uma “pequena sociedade” dá o primeiro passo, já que essas crianças também abraçaram a causa antirracista conscientizando família e amigos de que há necessidade urgente de transformação e de combate ao racismo e a discriminação. Tendo e tomando consciência que nosso povo é eclético, porém todos são seres humanos e precisam receber tratamento igualitário e as mesmas condições de ascendência social.

A criança é o adulto do futuro, afirmação óbvia, porém uma criança racista hoje será um adulto racista no futuro e uma criança consciente de que as diferenças precisam ser respeitadas, independente de qualquer pré-conceito, também será um adulto com toda essa consciência e convicção e ainda será multiplicador dessa ideia, que é urgente, a de uma educação cada vez mais inclusiva onde todos se vejam de forma mais generosa.

Desta forma os alunos do Ensino Fundamental da Escola Esforço Popular deram um grande passo, quando começaram a debater e compreender o conteúdo através de práticas pedagógicas interativas nas quais os assuntos são abordados a partir de uma visão multicultural onde o negro é um ser social e culturalmente importante na organização étnica brasileira assim como as demais etnias.

No início do ano letivo, mês de março as aulas foram aplicados questionários com base em um levantamento feito sobre as formas de tratamento dispensadas ao negro no cotidiano.

O resultado do levantamento realizado pelos próprios alunos através da aplicação de questionários sobre a forma como o negro vem sendo tratado pelos colegas e pela comunidade escolar no ambiente educacional, considerando que o universo do levantamento compreendeu os alunos do ensino fundamental, observou-se que pouco mais da metade dos entrevistados responderam que ele é tratado com indiferença, ou seja, há um tratamento de descaso, ninguém desrespeita mas também não faz nada para mudar a realidade e valorizar mais a cultura afrodescendente. A seguir foi apontado que o negro ainda é tratado por apelidos, que geralmente são depreciativos e influenciam negativamente em sua autoestima. Por último os entrevistados indicam o tratamento respeitoso e igualitário. No quesito que trata sobre o tratamento respeitoso e igualitário ao negro atingiu o menor índice de respostas dos entrevistados demonstrando que esse ponto ainda não foi atingido na sua plenitude pela sociedade brasileira como um todo.

¹ Instituto Federal do Amapá, lennyag@bol.com.br

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil., fagundesolavo@gmail.com

³ Instituto Federal do Amapá, marcio.oliveira@ifap.edu.br

⁴ Governo do Estado do Amapá, arlenegomes1603@gmail.com

Final do ano letivo aplicação do questionário sobre a avaliação de mudança.

De forma geral procurou-se ao final da pesquisa e o do ano letivo, através da aplicação de um questionário inferir o resultado do trabalho no que concerne a mudança das atitudes racistas expresso no gráfico 2, onde mais de 90% dos alunos entrevistados respondeu *sim* a pergunta: Você acredita que com a mudança dos estudos você compreendeu melhor a importância do negro e mudou sua atitude racista? Esse resultado ainda que geral demonstra uma perspectiva de mudança amplamente testada durante o ano letivo onde foi possível construir de forma interativa uma metodologia que contribuiu significativamente para a melhoria no comportamento das crianças. O que nos levar a cogitar como viável a adoção e disseminação dessa proposta sócio pedagógica.

4 CONCLUSÃO

Hoje, o ensino da História e da Geografia ainda está longe de ter a oportunidade de ser remodelado de forma inclusiva em todas as escolas do sistema educacional brasileiro e nem mesmo os educadores tem suficiente treinamento para a adoção de metodologias diferenciadas. Entretanto esta proposta pode gerar uma nova forma de abordar conhecimentos inclusivos mesmo na contramão das posturas e das opiniões racistas e desinformadas. Mas é preciso também trabalhar para que este ensino se estabeleça de maneira a termos à educação de que se necessita e a cidadania ampla que tem sido sequestrada do povo afrodescendente.

É preciso disseminar nas escolas políticas e práticas pedagógicas inclusivas, para que as crianças cresçam com uma visão de respeito as diferenças e multipliquem-na em nossa sociedade, para que os alunos não se sintam desmotivados por atos racistas ou antissociais impensados, a fim de que se possa respirar os ares de uma educação verdadeiramente inclusiva.

5 REFERÊNCIAS

CUNHA JR, Henrique. **Imagens de africanos e afrodescendentes na escola**. São Paulo: NEINB-USP.1996.

FOSTER, E. L. S. **Garimpando Pistas para Desmontar Racismos e Potencializar Movimentos Instituintes na Escola**. Curitiba: Appris, 2015.

FOSTER, E. L. S. **Racismo e Movimentos Instituintes na Escola**. (Dissertação de Doutorado) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LIMA, Adiles, KRONBAUER, Selenir; STROHER, Marga (orgs.) **Educar para convivência na diversidade**: desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009.

NOVA ESCOLA. **Educação não tem cor**. São Paulo, nº 177, ano XIX, novembro, 2004.

¹ Instituto Federal do Amapá, lennyag@bol.com.br

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil., fagundesolavo@gmail.com

³ Instituto Federal do Amapá, marcio.oliveira@ifap.edu.br

⁴ Governo do Estado do Amapá, arlenegomes1603@gmail.com

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

PALAVRAS-CHAVE: Sala de aula, Inclusão, Ensino, Multiculturalismo

¹ Instituto Federal do Amapá, lennyag@bol.com.br

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil., fagundesolavo@gmail.com

³ Instituto Federal do Amapá, marcio.oliveira@ifap.edu.br

⁴ Governo do Estado do Amapá, arlenegomes1603@gmail.com